

Centro histórico da primeira cidade do Paraná pode receber chancela de patrimônio federal

O tombamento federal de Paranaguá será levado ao Conselho Consultivo do Iphan, que estará reunido em Minas Gerais

Um reconhecimento à importância da primeira cidade do estado do Paraná para a grandeza do país. É dessa forma que o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Paraná – Iphan-PR, José La Pastina Filho, define a proposta de tombamento federal para o centro histórico de Paranaguá. O plano diretor do município, em 1967, já considerava a região como área de proteção rigorosa. O tombamento estadual ocorreu em 1990. Segundo La Pastina, no centro histórico há três monumentos tombados pelo Iphan, que agora pretende sua chancela a todo o conjunto arquitetônico e urbanístico. A proposta será avaliada pela Conselho Consultivo do Iphan, que se reunirá no próximo dia 3 de dezembro, em São João del-Rei, MG.

A área a ser reconhecida e protegida como patrimônio nacional pelo Iphan abarca todo o núcleo mais antigo da cidade, indo desde a Igreja de São Benedito, na Rua Conselheiro Sinimbu até a Rua Visconde de Nácar. Engloba importantes exemplares da arquitetura colonial brasileira, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Colégio dos Jesuítas, a Igreja da Ordem 3ª de São Francisco das Chagas, além da antiga Rua da Praia. É proposta ainda uma poligonal de entorno, como uma transição entre a área a ser tombada e o restante da cidade, e onde situam-se outros exemplares arquitetônicos significativos para a história da cidade.

A ocupação inicial dessa região do Paraná se deu por volta de 1550, na Ilha de Cotinga, ligada ao início da exploração do ouro no Brasil. Cerca de 20 anos mais tarde, Domingos Peneda liderou a chegada dos pioneiros que conquistaram o território habitado pelos índios carijós, construindo as primeiras habitações. Neste período começava o comércio entre os portos de Paranaguá, Rio de Janeiro e Santos. Anos depois os espanhóis tomaram a região que passou a chamar-se *Baya de la Corona de Castilha*, até que o capitão provedor Gabriel de Lara retomou a região para a coroa portuguesa. Em 1648 o povoado foi elevado oficialmente à condição de vila, e por volta dessa época foi instalada a Real Casa de Fundição de Ouro, que cobrava o *Quinto*, ou seja, o imposto de 20% sobre o minério extraído na região. Essa Casa de Fundição foi uma das primeiras do Brasil, instalada antes do início da exploração do ouro em Minas Gerais.

O início da cidade e as ordens religiosas

Ata da Câmara datada de 1658 informa sobre a construção de compartimento abobadado e de uma bica de pedra na fonte de água. Nesse momento, o núcleo urbano estruturava-se nas imediações da atual Igreja Matriz e a Fonte Velha. No final do século XVII, chegou a ordem franciscana que recebeu da Câmara permissão para construir um convento na entrada da vila. A igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, um dos mais belos exemplares setecentistas da arquitetura religiosa paranaense, foi erguida entre os anos de 1770 e 1784.

Os jesuítas chegaram em 1699, a pedido da Câmara e dos moradores. A construção do colégio começou em 1740, mas não pode ser concluída porque em 1759 a ordem foi banida do Brasil e de todas as colônias portuguesas no mundo. Já a Irmandade de São Benedito, uma das mais antigas da cidade, está em atividade até hoje e mantém sua

singela igreja, que foi erguida a partir de 1784 no mesmo local onde existiu a Capela de Nossa Senhora das Mercês, erigida por Antônio Morato em fins do século XVII, com material da Ilha da Cotinha.

A regulamentação da vida urbana na vila foi definida em 1721, com a presença do ouvidor geral da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardini. Os 178 provimentos foram lidos para 115 moradores e tratavam de suas relações com as comunidades vizinhas, como Antonina e Curitiba, além da abertura e conservação de estradas, organização do sistema de defesa militar, projeto para a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Paranaguá, entre outros. O novo cais de pedra foi construído em frente à Casa de Câmara e Cadeia, o que provocou a expansão urbana para o local, dando início à estruturação da atual Rua General Carneiro, com seu casario, com o Colégio dos Jesuítas de um lado e o antigo Largo do Estaleiro do outro. Para proteger a entrada da baía, em 1767 teve início a construção da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel.

A arquitetura em Paranaguá

Ao contrário das cidades do planalto, surgidas ao longo do Caminho das Tropas e que apresentam uma conformação linear, Paranaguá desenvolveu-se em torno de seu porto. Do final do século XVIII até 1896, a estrutura da cidade permaneceu praticamente a mesma. Com relação à arquitetura, destacam-se sobrados, moradias típicas de quem detinha o poderio econômico, onde o pavimento térreo era destinado ao comércio e também ao depósito e alojamento de escravos e serviçais. O desenvolvimento da cidade era quantificado pelo número de sobrados construídos. Exemplos dessa arquitetura são o conjunto de sobrados da Rua da Praia voltados para o Rio Itiberê, o conjunto arquitetônico do Largo da Matriz, avançando pela rua Conselheiro Sinimbu em direção à Igreja de São Benedito, e o mais antigo exemplar da arquitetura civil paranaense, construído à *moda antiga – isto é, foram feitos antes da regulamentação urbana que entrou em vigor no início do século XVII* –, na esquina das ruas Faria Sobrinho e Professor Cleto.

Sua condição de cidade portuária levou à Paranaguá influências do neoclassicismo, em função do contato com o Rio de Janeiro e outros países. Essas características estão em construções como a Câmara Municipal, o Palacete Visconde de Nácar e o prédio comercial da Rua XV de Novembro (Casas Jaraguá), com fachada de azulejos e emolduramento de vãos em cantaria. Com a construção do novo porto, em 1935, novas áreas foram urbanizadas, mas apenas para atividades portuárias, sem o deslocamento do comércio. O centro tradicional persiste e ainda hoje polariza as funções econômicas da cidade como de toda a região da Baía de Paranaguá.

Mais informações

11/09 **Assessoria de Comunicação Iphan / Monumenta**

Adélia Soares – adelia.soares@iphan.gov.br

Ana Rosa Saraiva – ana.saraiva@iphan.gov.br

Gabriela Coelho – gabriela.coelho@iphan.gov.br

(61) 3326-6864 / 3414-6187

www.iphan.gov.br / educacaopatrimonial.wordpress.com / @IphanGovBr